

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.362.445 - RS (2018/0236029-6)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : AVON COSMÉTICOS LTDA
ADVOGADOS : LUIZ FERNANDO HENRY SANT'ANNA - SP091805
LEONARDO RUEDIGER DE BRITTO VELHO - RS046860
EDUARDO ONO TERASHIMA - SP257225
HALISSON ADRIANO COSTA - DF026638
JULIANA MASCARENHAS DE ARAÚJO E OUTRO(S) - SP392020
AGRAVADO : ARAUJO SPERB ADVOGADOS S/S
ADVOGADOS : GUILHERME RICARDO ROEDEL SPERB - RS045670
AIORTON VARGAS DE ARAÚJO E OUTRO(S) - RS046505

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. ACÓRDÃO ESTADUAL DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. JUNTADA DE DOCUMENTOS. NECESSIDADE. ALTERAÇÃO DO ENTENDIMENTO. SÚMULA 7 DO STJ. FUNDAMENTOS DO ARESTO RECORRIDO NÃO IMPUGNADOS. SÚMULA 283 DO STF. AGRADO NÃO PROVIDO.

1. Não se verifica a alegada violação dos arts. 489, § 1º, e 1.022, I e II, do CPC/2015, na medida em que a Corte Estadual dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, não sendo possível confundir julgamento desfavorável com negativa de prestação jurisdicional ou ausência de fundamentação.

2. O Juízo *a quo*, como destinatário da prova, entendeu necessária a juntada de documentos, o que foi confirmado pelo Tribunal estadual. Segundo consta do acórdão recorrido, a própria agravante requereu prazo adicional para providenciar a juntada da documentação e reconheceu que obteve benefício fiscal em decorrência do julgamento da ação declaratória na qual foram arbitrados os honorários advocatícios, objeto de liquidação.

3. Nesse contexto, a modificação do entendimento lançado no acórdão recorrido, a fim de reconhecer que a documentação cuja juntada foi determinada pelo julgador seria desnecessária, e que a recorrente não obteve nenhum benefício em razão do julgamento favorável da ação, demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório.

4. A ausência de impugnação, nas razões do recurso especial, de fundamento autônomo e suficiente à manutenção do acórdão

estadual atraindo, por analogia, o óbice da Súmula 283 do STF.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 07 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator